



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

* MINUTA DE DOCUMENTO

Anexo II - Contrato de prestação de serviços de suporte e de manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos que compõem à solução do Datacenter Container, com fornecimento de peças para reposição e quaisquer outros insumos necessários, que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e a empresa xxxxx

*Pelo presente instrumento a **União**, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul**, com sede na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ/MF sob n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande-MS, residente em Campo Grande-MS, doravante denominado Contratante, e a **empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ sob n. xxxxxxxx, estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxxx, na cidade dextxxxxx/xxx, telefone: (xx) xxxx-xxxx, e-mail: xxx@xxxxxx, representada neste ato por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da CI RG xxxxx SSP/RS e CPF xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao Edital de Pregão n. xx/2022 - Processo SEI 0002793-57.2022.6.12.8000 e proposta do contratado, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei n.º 10.520/2002, Decreto n.º 10.024/2019, Resolução TRE/MS n.º 665/2019 e subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:*

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para **manutenções preventiva** (periódica) e **corretiva**, atendimento emergencial aos sistemas e subsistemas que compõem a infraestrutura de missão crítica do **DATACENTER** (ar-condicionado, nobreaks, geradores, racks etc), em regime de 24h por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano, com fornecimento de peças de reposição e quaisquer outros insumos necessários, conforme as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. Faz parte do presente Contrato, vinculando-se ao mesmo independente de transcrição, a proposta da Contratada, no que com ele não conflitar.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O objeto deste contrato compreende a prestação de serviços técnicos especializados para manutenções preventiva (periódica) e corretiva, atendimento emergencial aos sistemas e subsistemas que compõem a infraestrutura de missão crítica do DATACENTER, com fornecimento de peças de reposição, bem como os materiais auxiliares necessários para a realização dos serviços.

2.2. Constituem características técnicas dos serviços:

2.2.1. Prestação de serviços técnicos especializados para manutenções preventiva (periódica) e corretiva, atendimento emergencial aos sistemas e subsistemas que compõem a infraestrutura de missão crítica do DATACENTER, com fornecimento de peças de reposição, bem como os materiais auxiliares necessários para a realização dos serviços.

a) Com o objetivo de aumentar a segurança dos dados hospedados no TRE-MS, a empresa a ser CONTRATADA para manutenção preventiva e corretiva no Datacenter Container não poderá ser a mesma que já presta serviços de manutenção preventiva e corretiva para o Rack Cofre. Pretende-se, com isso, evitar que uma mesma empresa preste serviços para os dois equipamentos, haja vista que na ocorrência de uma eventual falha e/ou paralização dos serviços daquela empresa, por qualquer motivo, causaria a parada das manutenções tanto do Datacenter Container quanto do Rack Cofre.

2.3. O escopo do serviço de manutenção programada preventiva, monitoramento remoto e manutenção corretiva do ambiente de alta disponibilidade envolverão todos os componentes descritos abaixo:

2.3.1. ENERGIA

- a) A Solução do datacenter possui uma subestação com abrigo . Frequência elétrica utilizada em toda a Solução: 60Hz (Trifásico).
- b) A Solução é equipada com para-raios.
- c) A Solução possui malha de aterramento em conformidade com as normas técnicas NBR 5410, NBR 5419.
- d) A Solução possui 02 (dois) Quadros de energia internos (sendo 1 redundante). Fonte de alimentação 380V AC (trifásica) em redundância.
- e) Os racks possuem 02 (duas) “PDUs” (Power Distribution Unit), cada uma conectada a um cabeamento elétrico distinto. Os quadros são organizados de forma a facilitar a manutenção.
- f) O Nível de proteção contra surtos é Nível B com um aumento máximo de corrente de 60 kA.
- g) O Nível de Proteção do gabinete: IP20.
- h) A Solução possui 02 (dois) geradores de energia de 116KVA (standby) cada (sendo 1 redundante). Permite reabastecimento em funcionamento. Saída: 380V.
- i) É realizada duas partidas semanais para aferição do estado do gerador. A CONTRATANTE deverá receber aviso através do Sistema de Monitoração do Ambiente e “Dashboard” da Solução, quando ocorrerem partidas do gerador (avisos de sucesso ou falha).
- j) A Solução possui 02 (dois) nobreaks, com capacidade para suportar sozinho carga de no mínimo 30KVA (sendo 1 redundante). Deverão gerar relatório de alarmes. Há led indicativo de sobrecarga e alerta com base em limites de alarme definidos pela CONTRATANTE. Possui proteção contra sobrecarga.

2.3.2. RACKS

- a) A Solução possui 08 Racks (2 Nobreaks / 1 Redes / 3 Servidores / 2 Storages) de 40Us.
- b) Possui também 02 KVMs + 02 Servers Switches.

2.3.3. REFRIGERAÇÃO

- a) A Solução possui sistema de Ar condicionado de precisão, específico para ambientes de alto fator de calor sensível. A temperatura interna é mantida em conformidade com a Norma NBR 11515. Utiliza gás R410 (ecológico) ou similar com características superiores. Com controle de umidade e filtragem de ar. Informações sobre o funcionamento da refrigeração, incluindo alarmes, mensagens de erro e indicadores, deverão ser enviadas para sistema de monitoramento local e remoto (Sistema de Monitoração do Ambiente)

2.3.4. ESTRUTURA FÍSICA DO DATACENTER

- a) As medidas da Solução são: 6,70 metros x 18 metros (largura x comprimento). A pintura possui proteção especial para resistir às intempéries pelo período de 10 (dez) anos.
- b) As paredes externas do Datacenter são feitas de aço, com tratamento de superfície com pintura e tratamentos que garantam proteção contra água, pó, ferrugem e bolor.
- c) Todas as interfaces externas da solução atendem o nível IP55 da norma IEC60529, referentes às proteções contra poeira e água.
- d) Possui proteção contra incêndio: Fogo externo no mínimo F60min, até 1100 graus Celsius, conforme norma NBR10636.
- e) Toda a solução é estanque.
- f) A Solução possui piso elevado.
- g) A Solução possui proteção contra arrombamento (portas de acesso externo): WK4 (ou uso de machado ou máquinas alimentadas à bateria).
- h) As portas são estanques, de modo a evitar a entrada de gases e vapores vindos do ambiente externo.
- i) As portas possuem mecanismos que impedem que se mantenham abertas (mola que permite o fechamento automático), para que não haver troca de calor com o ambiente externo, e entre os corredores de ar quente e ar frio.
- j) A fechadura das portas de acesso externo possuem travamento automático e o acionamento é eletromecânico para controle de acesso, mas totalmente livre para saída, com barra antipânico que permite às pessoas saírem da sala mesmo com a porta trancada, por essa razão a abertura da porta é para fora.
- k) Possui proteção mínima contra arrombamento (demais superfícies externas da Solução): WK3 (ou uso de pé-de-cabra).
- l) O corredor Frio possui largura de 0,9 m. O corredor Quente possui largura de 0,55 m. O corredor de ar quente, corredor de ar frio e antessala, são separados por portas internas.
- m) A iluminação interna possui iluminação normal e de emergência. Em ambos os tipos de iluminação, são lâmpadas de led.
- n) As lâmpadas de emergência são automaticamente ativadas em caso de falta de energia da concessionária. Estas são alimentadas por baterias recarregáveis com autonomia de no mínimo 12 horas e fornecem proteção contra sobrecarga e sobredescarga.
- o) A iluminação externa conta com luminárias com sensor de presença de forma a iluminar as portas da Solução e adjacências.
- p) As passagens blindadas para cabos e tubulações permitem que alterações necessárias possam ser realizadas. As caixas de passagem garantem a vedação de isolamento térmico tipo blindado, mesmo no caso de cabos com capas plásticas. O sistema de blindagens é modular, permitindo o remanejamento de cabos.

2.3.5. CFTV

- a) São 7 câmeras, sendo 3 internas e 4 externas. Possui NVR para gravação das imagens. Com sensor de movimento. As imagens internas tem gravação por movimento, enquanto as imagens externas tem gravação contínua.
- b) O monitoramento Dia/Noite possui LEDs infravermelhos com ativação automática.
- c) As câmeras externas possuem proteção contra intempéries IP 55 e proteção contra vandalismo.

2.3.6. SENSORES / MONITORAMENTO / DETECÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

- a) A Solução possui sensores de temperatura/umidade, de vazamentos, de abertura, fechamento de portas, presença e de fumaça/fotoelétricos.
- b) A Solução possui um sistema de controle de acesso ao Datacenter através de biometria (com invólucro externo para proteção contra intempéries e portinhola do invólucro sendo fechada sem utilização de chave). Suporta dois tipos de acesso: cartão de acesso por proximidade e detecção de dedo vivo.
- c) Notifica, através do Sistema de Monitoração do Ambiente, nome do usuário, data e a hora de acesso autorizado, ou para tentativa de acesso não autorizado, data e hora da tentativa do acesso.
- d) A solução possui um Sistema de Monitoração do Ambiente que permite o gerenciamento local e remoto de suas condições ambientais e de todos os subsistemas que compõem a Solução, de forma a permitir que os sinistros totais possam ser monitorados.
- e) Sensores e demais componentes do Sistema de Monitoração do Ambiente:
 - e.1) 02 (dois) sensores de temperatura/umidade.
 - e.2) 02 (dois) sensores de detecção de vazamentos.
 - e.3) Sensores de abertura/fechamento de portas e portão do gradil.
 - e.4) 02 (dois) detectores de fumaça fotoelétricos.
 - e.5) Sensores de presença externos infravermelhos ativos.
 - e.6) Sensores de presença internos cobrindo toda a área da Sala de TI e Antessala da Solução.
- f) A Solução possui servidor de Gerenciamento., com equipamentos de múltiplas entradas para composição do sistema de gerenciamento.
- g) A Solução possui Sistema de Monitoração do Ambiente.
- h) A Solução possui KVM (Teclado, Monitor e Mouse). Console de 17 polegadas (Monitor, Teclado e Mouse em um único equipamento dobrável).
- i) A Solução possui Sistema de Combate a Incêndios.
 - i.1) Possui Painel de Controle de alarme de incêndio.
 - i.2) Possível detecção da queda de fornecimento de energia da concessionária.
 - i.3) Possui cilindro de gás contra incêndio.
 - i.4) Possui alarme Sonoro e luminoso.
 - i.5) Possui controle eletrônico de abertura e fechamento da porta principal.
 - i.6) Possui leitora de cartões por proximidade e digital de dedo vivo.
 - i.7) A Solução envia mensagens de e-mail para, no mínimo, 04 (quatro) destinatários distintos, traps SNMP para um servidor de gerenciamento e ainda o envio de mensagens SMS para celulares configurados.
 - i.8) A Solução possui detecção de incêndio Via HSSD (Detecção de fumaça de alta densidade)
 - i.9) A Solução possui Sistema de Combate a Incêndios (HFC-227ea, ECARO, FM200 ou NOVEC). O sistema de combate a incêndio distingue, monitora e controla mensagens

que reportem problemas, alarme de incêndio, atraso de liberação de gás e lançamento de gás, permitindo a programação do tempo de atraso do primeiro e do segundo alarme de incêndio. O sistema de combate a incêndio possui os seguintes controles:

- i.9.1). Botão de emergência “start/stop” que permite que seja feito o “start” ou “stop” do gás de extinção de incêndio em situações de emergência.
- i.9.2) Conecta a uma chave manual para configurar o status operacional do sistema.
- i.9.3) Possui um indicador de saída de gás.
- i.9.4) Possui dois sinais sonoros e luminosos de alarme, um interno ao Datacenter e outro externo. O som pode ser interrompido por um botão externo, no painel ou através do botão de “start/stop” de alarme.

2.3.7. CABEAMENTO DE REDES

2.3.7.1. Cabeamento metálico interno do Datacenter:

- a.1) Para cada rack de TI ou Nobreak, há 24 pontos devidamente acomodados em patchpanels.
- a.2) Para o rack de switch: Concentrou todos os pontos dos demais racks (distribuídos em patchpanels de 48 portas).
- a.3) O cabeamento metálico, patchpanel e demais elementos são compatíveis com categoria 6.
- a.4) Todo o cabeamento foi certificado.

2.3.8. EQUIPAMENTOS

2.3.8.1. Manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos abaixo que encontram-se fora de garantia:

- a) 2 (dois) Switches FC CISCO MDS9148S - 48 portas 16Gb;
- b) 1 (um) Switch KVM FY452 Powerededge 2161DS-2;
- c) 1 (um) Storage DELL EMC 450F 40TB líquidos (All Flash) - 1 disco danificado e 14 disco estão em fim de vida (**end of its service life**);
- d) 1 (um) Servidor SUPERMICRO 2028R-C1R;
- e) 1 (um) Tape Library - Storage Works MSL 4048-2 LTO05, 48 cartuchos; e
- f) 1 (um) Servidor DELL PowerEdge R710.

2.3.8.2. Haverá a necessidade de manutenção corretiva inicial porque possuímos equipamentos que já estão com algum item com defeito.

2.3.8.3. A Solução possui também barreira de contenção de veículos com gradil com portão, com controle de acesso por meio de cartão de acesso por proximidade. O controle de acesso é integrado ao mesmo banco de dados utilizado na entrada biométrica da Solução.

2.3.8.4. A Solução possui reservatório para coleta de óleo para grupo gerador.

2.3.8.5. Prestação de serviços contínuos de suporte e de manutenção preventiva e corretiva, em regime 24h por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano, com fornecimento de peças e quaisquer outros insumos necessários, para os itens abaixo:

- a) Datacenter Modular Seguro Outdoor: Equipamento tipo *datacenter* modular corta fogo 60 minutos (marca TIER4), devendo contemplar o *datacenter* modular, o piso elevado e a limpeza;
- b) Energia: Deve contemplar os Painéis de Baixa, a UPS/Uninterruptible Power Supply, baterias e Grupos Moto Gerador (GMG);
- c) Climatização (Precisão): 03 Evaporadoras e 03 Condensadoras;

- d) Detecção e Combate a Incêndio: Sistemas de Detecção Precoce e de Combate Automático;
- e) Monitoramento e Segurança: Sistema de controle e monitoramento (supervisório) e CFTV;
- f) Treinamento, Auditoria Física, *Dynamic As Built* e demais entregas conforme especificações (Anexo F).
- g) Hardware: Switches, Storage, Servidores

2.3.8.6. Entende-se por:

- a) PEÇAS ORIGINAIS - aquelas projetadas pelo próprio fabricante do equipamento, com composição idêntica àquelas instaladas no equipamento ao sair da fábrica. Apresentam a mesma durabilidade, confiabilidade e garantia do fabricante. Serão exigidas peças originais para os subsistemas de energia, climatização e detecção e combate a incêndio, excetuando-se os itens de consumo tais como baterias, lâmpadas e gás extintor, dentre outros;
- b) PEÇAS EQUIVALENTES - as de propriedades técnicas idênticas à utilizada na fabricação do *datacenter* modular, mantendo a perfeita compatibilidade física e funcional, produzindo os mesmos efeitos, sem quaisquer imperfeições, tais como elementos estruturais, de vedação, químicos, painéis, luminárias, dentre outros.

2.4. EXECUÇÃO DO SERVIÇO

2.4.1. Os serviços corretivos serão executados por demanda, conforme solicitação do CONTRATANTE, respeitando os prazos estabelecido no Anexo I.A, deste Termo de Referência;

2.4.2. Os serviços preventivos deverão ser executados de acordo com calendário pré-estabelecido entre CONTRATADA e CONTRATANTE;

- a) As não conformidades encontradas nos serviços preventivos deverão ser sanadas de acordo com os prazos estipulados no Anexo I.A deste Termo de Referência;

2.4.3. A CONTRATADA deverá entregar e instalar peças e acessórios novos, originais e de primeiro uso, necessários ao perfeito funcionamento dos sistemas e subsistemas de acordo com este Termo de Referência;

2.4.3.1. A CONTRATADA deverá prestar o atendimento técnico remoto e on-site, a fim de garantir a continuidade da manutenção, correções de firmwares (desde que o fabricante disponibilize em seu portal e seja de domínio público) e substituições de peças e componentes, possibilitando mantê-los em boas condições de uso e funcionamento.

2.4.4. A CONTRATADA deverá entregar relatório mensal descrevendo as condições do ambiente, as manutenções realizadas, a descrição dos chamados abertos e agendados;

2.4.5. A CONTRATADA deverá prover, ao CONTRATANTE, treinamentos com periodicidade anual para uma equipe de até cinco pessoas, a qual é responsável pela operação do *datacenter* modular;

2.4.6. A execução dos serviços se dará a partir da apresentação da ART de acordo com a previsão do Capítulo X, item 31, para as manutenções corretivas e suporte, e, para as manutenções preventivas, será de acordo com cronograma a ser estabelecido entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

2.4.a) MANUTENÇÃO PREVENTIVA

2.4.a.1. Manutenção preventiva é uma ação planejada e sistemática de tarefas de prevenção, controle e monitoramento, com o objetivo de reduzir ou impedir falhas no desempenho de equipamentos, conforme especificado em seu projeto, manuais e normas técnicas específicas.

2.4.a.2. Após a realização dessa manutenção, a CONTRATADA deverá entregar o relatório dos serviços realizados contendo identificação do técnico responsável pelo atendimento, horário de início e término do atendimento e descrição da intervenção realizada.

2.4.a.3. As não-conformidades encontradas nesta manutenção deverão ser sanadas nos prazos estipulados no Anexo I.A neste Termo de Referência.

2.4.a.4. A CONTRATADA deverá realizar manutenção preventiva, conforme tabela do anexo I.B, no que couber, para cada item do objeto em contratação.

2.4.9.b) MANUTENÇÃO CORRETIVA

2.4.b.1. Trata-se de manutenção não periódica, causada por falhas e erros, e da correção dos danos atuais e iminentes não contemplados pela manutenção preventiva.

2.4.b.2. A manutenção corretiva destina-se a recolocar o ambiente seguro, equipamentos do *datacenter* modular e de TIC em perfeito estado de funcionamento após a ocorrência de indícios. Compreende, inclusive, a substituição de peças, ajustes e reparos, de acordo com as normas técnicas específicas para os equipamentos, seguindo as recomendações dos fabricantes.

2.4.b.3. Os serviços de manutenção corretiva deverão ser realizados mediante abertura de chamados pelo CONTRATANTE.

2.4.b.4. O serviço de manutenção corretiva poderá ocorrer a qualquer tempo, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

2.4.b.5. Os chamados deverão ser executados nos prazos estipulados no Anexo I.A deste Termo de Referência.

2.4.b.6. Esta manutenção poderá ser agendada para atender a conveniência do CONTRATANTE.

2.4.b.7. A CONTRATADA prestará os serviços de manutenção dos ambientes seguros independente dos acessórios ou outros equipamentos que estejam a estes conectados.

a) Caso sejam identificadas quaisquer anormalidades, estas devem ser imediatamente informadas ao CONTRATANTE.

a.1. Após a realização desta manutenção, a CONTRATADA deverá emitir e entregar relatórios ao CONTRATANTE contendo as anomalias encontradas, ações realizadas, componentes substituídos e resultados dos testes de funcionalidade.

a.2. A CONTRATADA é obrigada a substituir os componentes e peças em parte ou no todo por peças e componentes novos de primeiro uso e de qualidade e especificação iguais ou superiores às existentes atualmente.

a.3. Caso sejam verificadas anormalidades na pintura dos ambientes seguros, a CONTRATADA é obrigada a restabelecer as características originais da parte afetada ou da totalidade, mantendo a uniformidade do ambiente em que se prestará a manutenção.

a.4. Quando houver necessidade da retirada de peças ou equipamentos do ambiente para manutenção, a CONTRATADA obriga-se a substituí-los de imediato por equipamentos ou componentes equivalentes de mesma configuração ou superior, enquanto perdurar o conserto, assegurando a continuidade de funcionamento do ambiente em sua plenitude.

a.5. Os itens ativos abrangidos por esta manutenção estão descritos nos Anexos deste Termo de Referência.

a.6. A abertura de chamados para manutenção corretiva, deverá ser realizado de forma automática por Central própria da CONTRATADA, que deverá monitorar em tempo real 24x7x365, as informações disponibilizadas pelo sistema de monitoramento do ambiente. Os chamados corretivos também poderão ser efetuados pela equipe técnica responsável pela operacionalização do *datacenter* modular ou pela fiscalização, tanto diretamente pela WEB, aplicativo de mensagem instantânea ou por telefone para a Central da CONTRATADA.

a.6.1. A equipe responsável pela operacionalização compreende os servidores do CONTRATANTE.

a.6.2. Se julgar necessária, a fiscalização poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, da origem dos materiais ou peças empregados no serviço.

2.5. CHAMADO DE SUPORTE

2.5.1. Suporte é a intervenção feita pela CONTRATADA para solução de uma demanda específica no *datacenter* modular.

2.5.2. Após a realização deste atendimento, a CONTRATADA deverá entregar o relatório dos serviços realizados contendo identificação do técnico responsável, horário de início e término do atendimento e descrição da intervenção realizada.

2.5.3. Os chamados de suporte englobam os itens abaixo:

- a) Atendimento aos chamados cujos alarmes estejam sendo detectados pela equipe responsável pela monitoração do *datacenter* modular – Grau 5 do Anexo I.B deste Termo de Referência.
- b) Abertura de blindagens conforme solicitação – Grau 2 do Anexo I.B deste Termo de Referência.
- c) Fornecer *as built* do Data Center Modular conforme solicitação – Grau 1 do Anexo I.B deste Termo de Referência.
- d) Remanejamento de placa do piso elevado conforme solicitação – Grau 2 do Anexo I.B deste Termo de Referência.
- e) Realizar estudo, quando solicitado, para viabilizar a instalação de novos ativos de TI, verificando sua potência para que, desta forma, não sejam ultrapassados os limites de climatização do ambiente e de capacidade dos circuitos elétricos – Grau 2 do Anexo I.B deste Termo de Referência.
- f) Instalação de novos circuitos elétricos para atender a alimentação de novas instalações de ativos de TI alocados no *datacenter* modular – Grau 2 do Anexo I.B deste Termo de Referência.
- g) Disponibilizar equipe técnica na Sede do CONTRATANTE para pronto atendimento presencial em eventos, tais como pleitos eleitorais (véspera das 8 às 20 horas e o dia do pleito a partir das 5 horas até o fim da totalização de votos) e desligamentos e reenergização do *datacenter* modular (previamente agendados pelo Contratante), durante todo o período do evento – Grau 2 do Anexo I.B deste Termo de Referência.
- h) Realizar treinamento para a equipe técnica do Contratante – Grau 1 do Anexo I.B deste Termo de Referência.

2.5.4. O prazo para atendimento dos chamados é o definido no Anexo I.B deste Termo de Referência, conforme o grau estabelecido para cada atendimento, sendo que o não cumprimento no prazo estipulado poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no Capítulo VIII deste Termo de Referência.

2.5.5. Para todo chamado, a CONTRATADA deverá informar: número de protocolo, horário de abertura, identificação do atendente e grau de severidade atribuído pelo CONTRATANTE.

2.6. MONITORAMENTO EM TEMPO REAL

2.6.1. A CONTRATADA deverá ser responsável pelo monitoramento remoto do *site* integrado ao sistema de gestão de manutenção, onde o atendimento deverá ser monitorado através de uma Central Integrada de Monitoramento e Acionamento de Sistemas de Suporte Técnico.

2.6.2. A rede criada para o monitoramento remoto deverá ser independente não possuindo vínculo com a rede local não causando quaisquer problemas com relação a segurança de rede. O TRE-MS disponibilizará uma máquina virtual onde será instalado um proxy, criando assim a sua porta de saída de informações para a Central de Monitoramento.

2.6.3. A Central de Monitoramento deverá receber as informações através dos links, onde deverá possuir um sistema totalmente redundante, garantindo assim o monitoramento simultâneo dos sistemas remoto.

2.6.4. O monitoramento deverá ser via sistema e qualquer problema neste equipamento, uma equipe deverá ser deslocada para a troca do mesmo e reconstituir a comunicação.

2.6.5. Na Central de Monitoramento, deverá existir um sistema de monitoramento através de imagens e acionamentos, onde uma equipe dedicada deverá monitorar 24x7 os sistemas de alarme e desvios de funcionamento do *datacenter* através de geoprocessamento, onde os mapas deverão ser visualizados, assim como seus alarmes.

2.6.6. Na equipe de monitoramento deverá possuir sempre, no mínimo, dois operadores 24x7 mais supervisão para a realização de monitoramento, acionamento e comunicação de qualquer anomalia do *site* monitorado.

2.6.7. Deverá ser realizado o monitoramento do sistema crítico de segurança do *site*, conforme informações disponibilizadas pelo sistema de Monitoramento existente.

2.6.8. Deverá possibilitar o reconhecimento prévio da ocorrência antes da chegada da equipe de suporte técnico, realizando o acionamento proativo e imediato das equipes volantes.

2.6.9. Deverá ser realizado um plano de comunicação e acionamento pré-definido com a CONTRATANTE.

2.6.10. É facultado à CONTRATADA utilizar o sistema de monitoramento existente atualmente no TRE-MS (DCIM Elite).

2.6.12. Será exigida POC (Prova de Conceito) para os sistema de monitoramento, independente se a CONTRATADA optar por utilizar o existente no TRE-MS.

2.7. PLATAFORMA DE GESTÃO

2.7.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar uma plataforma de gestão integrada, que será uma ferramenta robusta para prover gerenciamento da infraestrutura de TI, abertura de chamados, gestão de ativos, acompanhamento em tempo real dos chamados em aberto/andamento e histórico dos chamados fechados através do acesso ao banco de dados, devendo possibilitar emissão de relatórios diversos, indicando a performance de atendimento ao SLA estipulado em contrato, quantidade de chamados corretivos mensais, comparativo de quantidade de corretivas mensais, emissão de relatórios, com interface WEB.

2.7.2. A plataforma de gestão deverá possibilitar à CONTRATANTE em tempo real, no mínimo, as seguintes atividades:

2.7.2.1. Ordens de Serviço:

- a) Abertura de chamados para as modalidades corretivas e evolutivas, com a devida classificação por prioridade (baixa média, alta, crítica), categorizando por ativo de infraestrutura e por disciplinas;
- b) Alteração de datas pré-agendadas para manutenção preventivas e preditivas;
- c) Acompanhamento do andamento da resolução da ordem de serviço aberta;
- d) Fechamento on-line da Ordem de Serviço após o término do atendimento e aprovação da CONTRATANTE;
- e) Avaliação do atendimento técnico pelo CONTRATANTE;
- f) Consulta em tempo real do cumprimento do SLA contratual.

2.7.2.2. Gestão dos Ativos:

- a) Cadastro completo dos ativos de infraestrutura do ambiente crítico e dos demais ambientes contemplados no contrato;
- b) Indicação e controle do vencimento de garantia, quando aplicável;
- c) Possibilitar emissão de relatório por equipamento cadastrado, demonstrando as preventivas e corretivas realizadas;

2.7.2.3. Base de dados e documentos

- a) Solução de Informação do Gerenciamento da Disponibilidade, conforme boas práticas da ITIL, ou seja, repositório virtual contendo todos os dados dos equipamentos

contemplados em contrato, permitindo a CONTRATANTE possuir um banco de dados específico para auditorias, como:

- a.1. Manuais
- a.2. Desenhos técnicos
- a.3. Relatórios
- a.4. Atas de Reunião
- a.5. Histórico de OS
- a.6. Tutorias
- a.7. Procedimentos de emergência

2.7.2.4. Relatório

- a) Apresentação de Dashboard em tempo real;
- b) Indicadores personalizados de desempenho;
- c) Emissão de relatórios em tempo real com no mínimo as seguintes configurações:
 - c.1. Quantidade de Ordem de Serviço;
 - c.2. Modalidade (preventiva, corretiva, preditiva e evolutiva);
 - c.3. SLAs;
 - c.4. Disciplina;
 - c.5. Severidade;
 - c.6. Por período;
 - c.7. Por planta;
 - c.8. Origem do chamado (abertura remota, e-mail, telefone, aplicativo de mensagem instantânea);

2.8. GARANTIA

2.8.1. A CONTRATADA garantirá os serviços enquanto forem realizadas as manutenções, obrigando-se a executar quantas manutenções forem necessárias para manter o *datacenter* modular em perfeitas condições de funcionamento e operação.

2.8.2. Fica estabelecido que, caso os serviços executados apresentem qualquer defeito durante o período de garantia, a CONTRATADA obriga-se a promover o respectivo reparo.

2.8.3. A garantia relativa aos serviços efetivamente realizados (incluindo-se as peças fornecidas) estender-se-á pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses a partir do aceite do serviço, com exceção dos itens listados no Capítulo X, item 26.3.4. do Termo de Referência.

a. O prazo para a substituição ou realização do conserto dos materiais que apresentarem defeito dentro do prazo de garantia observará o disposto no Anexo I.B deste Termo de Referência.

b. O custo e a responsabilidade pelo recolhimento e a entrega do produto que apresentar defeito durante o prazo de garantia será da CONTRATADA.

2.9. RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

2.9.1. Mensalmente, a CONTRATADA deverá elaborar e entregar até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços à Fiscalização do Contrato, um relatório de atividades para cada item do objeto deste Termo de Referência, com a discriminação dos serviços realizados.

2.9.2. O relatório de atividades deverá ser emitido pelo representante técnico ou preposto da CONTRATADA contendo, no mínimo:

2.9.2.1. Identificação do Relatório de Atividades.

2.9.2.2. Data da Emissão.

2.9.2.3. Número do Contrato.

2.9.2.4. Vigência do Contrato.

2.9.3. Manutenção preventiva:

2.9.3.1. Número de atendimentos preventivos, realizados no mês de referência.

2.9.3.2. Descrição das atividades relacionadas a cada atendimento de manutenção preventiva, detalhando quais as peças foram trocadas para controle do prazo de garantia.

2.9.4. Manutenção corretiva:

2.9.4.1. Número de chamados abertos no período.

2.9.4.2. Número de chamados concluídos no período.

2.9.4.3. Descrição dos incidentes relacionados a cada chamado e a correspondente descrição detalhada da solução aplicada, incluindo as peças trocadas, para controle do prazo de garantia

2.9.5. Serviços executados de suporte:

2.9.5.1. Número e tipo de chamados de suporte.

2.9.5.2. Número e tipo de chamados de suporte concluídos no período.

2.9.5.3. Descrição dos serviços executados de suporte no período

2.10. A descrição sucinta dos serviços a serem prestados, especificações e respectivas quantidades estão indicados no **CAPÍTULO II. DOS SERVIÇOS, QUANTIDADES, PREÇOS MÁXIMOS E DAS ESPECIFICAÇÕES** e no **CAPÍTULO IV – DO LOCAL E PRAZOS PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** do Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O objeto deste contrato será executado através de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS

4.1. O período de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da última assinatura eletrônica, podendo ser prorrogado nos termos da Lei n. 8.666/93.

4.2. Os prazos de execução dos serviços e atendimento de suporte são os dispostos no **CAPÍTULO II. DOS SERVIÇOS, QUANTIDADES, PREÇOS MÁXIMOS E DAS ESPECIFICAÇÕES** e no **CAPÍTULO IV – DO LOCAL E PRAZOS PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

5.1. As despesas referentes a este contrato serão custeadas por Créditos Orçamentários fixados na Lei nº 13.971, de 27/12/2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2020/2023 e é compatível com a Lei nº 14.194, de 20/08/2021 (LDO 2022), com a Lei nº 14.303, de 21/01/2022 (LOA 2022) e com o art. 16 da

Lei nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na ação 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, Programa de Trabalho **02.122.0033.20GP.0054**, com o seguinte detalhamento:

PTRES	AÇÃO	PLANO INTERNO	ND
167737	JC GAJE	TIC APOIO	3390.40.11

5.2. As despesas que vierem a ocorrer nos próximos exercícios serão custeadas com recursos previstos na Proposta Orçamentária e serão indicados oportunamente nos autos da contratação.

CLÁUSULA SEXTA-DO PREÇO

6.1. O valor total do contrato é de R\$ xxxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme detalhamento abaixo:

ITEM	SERVIÇO	QTDE	VALOR TOTAL
01	Prestação de serviços técnicos especializados para manutenções preventiva (periódica) e corretiva, atendimento emergencial aos sistemas e subsistemas que compõem a infraestrutura de missão crítica do DATACENTER, com fornecimento de peças de reposição, bem como os materiais auxiliares necessários para a realização dos serviços, no período de 12 meses.	01	R\$ xxxxxxxx
VALOR TOTAL DO ITEM			R\$ xxxxxxxx

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no CAPÍTULO VI. DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA e no CAPÍTULO VII. DO PAGAMENTO do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

8.1. De acordo com o §1º, do art. 2º, da Lei 10.192/2001, não haverá reajustamento ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.

8.2. Somente após o transcurso de 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta, em atendimento a pedido expresso da Contratada, poderá ser concedido reajuste de valores e será limitado à aplicação da variação acumulada do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

8.3. No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

8.4. Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

8.5. Só haverá o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato príncipe.

8.6. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Como condição indispensável à execução do Contrato, a Contratada prestará a garantia em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, no montante correspondente a **5% (cinco por cento) do valor atualizado total deste contrato.**

9.1.1. A empresa poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia.

- a) Caução em dinheiro;
- b) Títulos da dívida pública;
- b) Seguro-Garantia; e
- c) Fiança Bancária.

9.1.1.1.a) Havendo a opção pela modalidade de **caução em dinheiro**, o valor será depositado em conta-caução, na Caixa Econômica Federal, conforme disciplinado pelo Decreto-Lei n.1.737/1979.

9.1.1.1. b) A garantia oferecida na modalidade de **caução em títulos da dívida pública**, somente será aceita sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

9.1.1.1.c) A garantia prestada na modalidade de **seguro-garantia** dar-se-á mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no país, legalmente autorizada, em favor exclusivamente do Tribunal Regional Eleitoral de MS, fazendo referência ao objeto do Contrato e à Licitação.

9.1.1.1.d) A garantia oferecida através da modalidade de **fiança bancária** somente será aceita se da mesma constar todos os requisitos abaixo indicados:

- 1)** Comprometimento da instituição financeira de que atenderá em 72 (setenta e duas) horas, até o valor da garantia, as requisições de pagamento, multas e outras verbas previstas na licitação e/ou contrato formulados pelo Tribunal Eleitoral/MS e legalmente exigíveis.

2) Declaração da instituição bancária de que renuncia expressamente aos benefícios previstos no artigo 827 da Lei 10.406 (Código Civil).

9.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, garantia em qualquer uma das modalidades acima descritas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato e deverá ter validade por toda vigência contratual, sob pena de multa prevista na cláusula décima sétima.

9.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% do valor total do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

9.2.2 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de 5% do valor anual do contrato a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da contratada.

9.2.2.1. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado no subitem 9.2.2., por quaisquer das modalidades previstas no subitem 6.1.1.

9.2.2.2. O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

9.2.3. Caso a contratada deixe de apresentar definitivamente a garantia, fica sujeita a rescisão contratual, passível de aplicação da penalidade prevista na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.2.4. Sempre que houver acréscimo de valores, prorrogação da vigência do contrato, ou utilização de valor, a garantia deverá ser proporcionalmente atualizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do termo ou da comunicação de execução da garantia contratual.

9.3. Somente poderá ser efetivado pagamento mediante a apresentação da garantia, sob pena de não se iniciar o prazo de 7 (sete) dias úteis para pagamento.

9.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada.

9.4.1 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

9.4.2 A garantia será executada na sua totalidade se os prejuízos sofridos por este Tribunal forem iguais ou superiores ao valor assegurado; se os prejuízos quantificados pelo TRE/MS forem menores que o valor da garantia, será executado somente aquele valor.

9.5. Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) no prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.

9.6. O CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

9.7. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 9.6.

9.8. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a seguradora e/ou a fiadora será, paralelamente, notificada das comunicações de solicitação de defesa prévia à CONTRATADA e das decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

9.9. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. As disposições quanto a fiscalização e ao acompanhamento dos serviços estão dispostas no **CAPÍTULO V - DA FISCALIZAÇÃO** do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

11.1. Os direitos e deveres do CONTRATANTE são aquelas previstas no **CAPÍTULO IX. DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS** do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Os direitos e obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no **CAPÍTULO X. DAS OBRIGAÇÕES DA(S) CONTRATADA(S)** do Termo de Referência.

12.2. Com vistas à preservação e cumprimento das questões de ética e conduta previstas em normativos vigentes, os funcionários da empresa contratada, no cumprimento das atividades deste contrato, devem seguir as diretrizes do Código de Ética do TRE/MS - [Resolução n. 690](#), de 1 de junho de 2020.

12.3. No caso de inexecução total do contrato, sem prejuízo de multa e demais sanções previstas em lei, a contratada deverá devolver o valor remanescente, atualizado monetariamente pelo Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), conforme Portaria SGD/ME nº 6.432, de 15 de junho de 2021.

12.4. A empresa contratada deverá respeitar as diretrizes constantes da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral (Resolução TSE Nº 23.644/2021), obrigando-se a manter sigilo a respeito de quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou outros materiais de propriedade do Tribunal Regional

Eleitoral do Mato Grosso do Sul aos quais tiver acesso em decorrência do objeto da presente contratação, ficando terminantemente proibida de fazer uso ou revelação destes sob qualquer justificativa;

12.5. O Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul terá propriedade sobre todos os documentos e procedimentos operacionais produzidos no escopo da presente contratação;

12.5.1. Os documentos eventualmente produzidos deverão ser repassados ao Tribunal tanto em formato não editável (PDF) como também em formato editável (.DOCX).

12.6. Fica vedada a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

13.2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

- a) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência ou no atraso na entrega dos materiais em até 5 (cinco) dias.

13.3. Será aplicada **MULTA**:

- a) de **0,5%** (meio por cento) por dia de **atraso na entrega dos materiais / serviços contratados**, sobre o valor total do contrato, para o item correspondente, limitada a sua aplicação a 10 (dez) dias consecutivos. Após o décimo dia, a multa diária passará a 1% (um por cento) por dia, sobre o valor total do contrato e a Administração poderá, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;
- b) de **2%** (dois por cento) sobre o valor total do contrato, após a 2ª penalidade da mesma natureza, passando a multa a ser de 3% após a terceira penalidade da mesma natureza;
- c) de **0,5%** (meio por cento), sobre o valor total da contratação, por dia de **atraso, no início ou término do atendimento do chamado de suporte técnico**. A partir do 15º (décimo quinto) dia de atraso, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de rescisão;
- d) de multa de **0,2%** (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), **na entrega da garantia contratual**, nos termos e prazos estipulados neste Contrato; No caso de não prestação da garantia, a conduta será passível de rescisão, mediante análise da Administração;
- e) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de **desatendimento de demais cláusulas contratuais ou do Termo de Referência, ou de ordens da fiscalização**;
- f) de **1%** (um por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de **atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) necessário para pagamento**;

g) de **2%** (dois por cento) sobre o valor total do contrato, caso a contratada **deixar de assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório**, na forma prevista em lei;

h) de **2,5%** (dois e meio por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de **desatendimento das disposições relativas a segurança da informação**;

i) de **20%** (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, se a contratada se negar a executar os serviços solicitados ou entregar o material, sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições deste Contrato, levar a Contratante à rescisão do contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

13.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

13.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

13.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 13.3.2 e 13.3.3 abaixo;

13.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

13.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa:

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

13.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

13.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

13.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

- a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- c) não mantiver a proposta no certame licitatório;
- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato.

13.5. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

13.5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

13.5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

13.6. Da aplicação das sanções de multa e impedimento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

13.7. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS / Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 13.5.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1. A rescisão do presente Contrato ocorrerá nos casos previstos nesta avença e no Termo de Referência, bem como nos casos previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

14.1.1. Caso a Contratada venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação do contrato, desde que sua execução não seja afetada e que a Contratada mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

14.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

a) Unilateral e por ato escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;

b) Unilateral, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo nos termos da Lei nº 8.666/93;

c) Amigável, por interesse comum das partes, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicial, nos termos da legislação vigente.

14.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.5. O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

16.1. É vedado a CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2. A CONTRATADA, por si, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da prestação de serviços objeto desta relação, compromete-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – e a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiverem acesso durante a execução contratual, bem como a cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

16.3. A CONTRATADA será individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e das regulamentações emitidas posteriormente pela autoridade reguladora competente.

16.4. A CONTRATADA deverá garantir que quaisquer dados pessoais que forneça ao CONTRATANTE tenham sido obtidos de acordo com as regras previstas na LGPD.

16.5 A CONTRATADA obriga-se a tratar os dados pessoais a que tiver acesso unicamente para os fins e pelo tempo necessários para o cumprimento das suas obrigações e para a adequada execução do objeto contratual.

16.6. A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observada a natureza dos dados tratados.

16.7. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

16.8. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação.

16.9. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

16.10. O CONTRATANTE E A CONTRATADA comprometem-se a cooperar mutuamente, fornecendo informações e adotando outras medidas razoavelmente necessárias com o objetivo de auxiliar a outra Parte no cumprimento das suas obrigações de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados.

16.11. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

16.12. CONTRATANTE E A CONTRATADA se comprometem ainda, nas hipóteses de rescisão contratual, por qualquer motivo, ou por solicitação da outra Parte, a devolver ou eliminar, conforme o caso, todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS FUNDAMENTOS

17.1. Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 8.666/93, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

17.2. Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como a legislação vigente, própria e/ou específica ao objeto deste contrato.

17.3. De acordo com Resolução do Conselho Nacional de Justiça é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação.

18.2. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

18.2.1. Em caso de alteração do endereço eletrônico, é obrigação da empresa comunicar ao TRE/MS a nova conta de e-mail válida.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. Na forma da Lei é competente o foro da Justiça Federal, em Campo Grande - MS para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por terem convencionado, aceito e declarado, as partes assinam este termo, para os devidos efeitos legais.

Campo Grande, na data da assinatura eletrônica.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

XXXXXXXXXXXXX
Representante legal da empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN, Chefe de Seção**, em 24/11/2022, às 10:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1356723** e o código CRC **4AFCFA7C**.

0002793-57.2022.6.12.8000

1356723v2

MINUTA